

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

A educação sexual em artigos científicos publicados no SciELO (2018 a 2022): uma revisão integrativa

LUNA FILIPAK BORDIGNON

Ituiutaba
2023

Luna Filipak Bordignon

A educação sexual em artigos científicos publicados no SciELO (2018 a 2022): revisão integrativa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Uberlândia UFU - Campus Pontal, como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudiene Santos

Ituiutaba
2023

A educação sexual em artigos científicos publicados no SciELO (2018 a 2022): revisão integrativa

Luna Filipak Bordignon

RESUMO:

Esse trabalho analisa a produção de conhecimento em sexualidade e educação sexual no período de 2018-2022, respondendo à seguinte questão norteadora: Como a educação sexual é expressa nos artigos científicos do SciELO de 2018-2022? Utilizou-se como metodologia de pesquisa a revisão integrativa. Foram analisados 4 artigos científicos publicados na base de dados SciELO com as palavras-chave sexualidade e educação sexual, compondo uma análise quali-quantitativa dessa produção. A análise qualitativa dos artigos selecionados apresenta o cenário sobre a educação sexual na educação básica brasileira frente aos desafios atuais. Os dados analisados demonstraram que a produção de conhecimento, apresentada na base de dados do SciELO em educação sexual, é relativamente baixa, considerando a área de conhecimento específica da educação e da educação escolar. Também foi possível analisar que, para além da produção de conhecimento, há um grande desafio para a educação sexual na educação básica no Brasil uma vez que essa ainda é silenciada e precisa ser mais desenvolvida dentro dos espaços escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual, educação, gênero, sexualidade.

1. INTRODUÇÃO

Sou estudante da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, do curso de Pedagogia, estou no oitavo e último período de minha formação, sou bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e acima de tudo, mulher. Sempre fui acompanhando a importância da participação política das mulheres na sociedade e a luta delas para ocupar seus espaços de fala e conquistar seus direitos. Minha mãe, Alexandra, foi e é uma grande referência para me apropriar desses espaços e para que eu pudesse refletir e entender meu papel na sociedade, quem sou e o porquê de lutar por melhores condições e igualdade, assim como compreender os desafios impostos em nosso cotidiano. Entendi que no meio em que vivemos precisamos ter força para continuar nossa trajetória. Ser mulher não é fácil, pois existem diversas desigualdades e preconceitos de gênero em nossa sociedade que afligem nossa existência. Como filha de uma professora que sempre lutou (e luta) por melhores condições das mulheres na sociedade, aprendi a lutar também e a entender as diversas faces de desigualdade dos espaços sociais em que vivemos.

Percebo o quanto a docência é desvalorizada em nosso país, mesmo sendo uma profissão tão importante, que forma cidadãos/cidadãs e todas as profissões. Mas, de toda forma, escolhi esse caminho. Decidi me tornar pedagoga seguindo o exemplo das mulheres da minha família, que são em sua grande maioria, docentes, e dessa forma, vi o quanto esse trabalho traz bons frutos. Com todas essas referências, me inspirei a me tornar uma boa profissional, sempre refletindo muito sobre minhas práticas e como quero e devo agir em sala de aula, papel esse fundamental para a docência. Pensando em todo o trajeto que percorri até agora em minha formação, percebo que aprendi muito e permaneço em constante aprendizagem. A universidade realmente engrandeceu meus saberes de forma que conseguirei levar adiante os conhecimentos, práticas pedagógicas e valores para aqueles que estão aprendendo e fazendo seus percursos.

Escolhi estudar Pedagogia por diversas influências. Durante meu crescimento, da infância para a adolescência, tive muito contato com a sala de aula para além da escola de minha formação, em universidades, escolas do campo, principalmente com as pessoas da minha família, mulheres professoras. Para seguir esse caminho, tive diversas influências, fui criada boa parte da minha vida por duas mulheres, uma pedagoga e outra zootecnista, as duas atuavam dando aulas em diferentes universidades, isso sempre me manteve em contato com esses ambientes, com diversos trabalhos que elas realizavam, como extensões, que eram realizadas com um recorte de gênero, sempre trazendo as mulheres para o foco principal. Além disso, tinha também minha avó, Marcia, formada em Letras, hoje em dia, aposentada, mas que, às vezes, quando eu era pequena, me levava para assistir suas aulas, assim como minha tia, Renata, doutora em música e artes. Sempre fui mais próxima da família de minha mãe, mas isso não deixou de ter as influências da família do meu pai que é mestre, formado em História, e, mesmo não atuando na área, sempre deu muito apoio para que eu e meu irmão continuássemos estudando e entrássemos nas universidades que decidimos. Dito isso, por esse lado, tenho mais três tias pedagogas e estar próxima dessas pessoas e desses ambientes me levaram a escolher tal área de atuação.

Estudar gênero é de grande importância para mim e esses estudos levam-me a entender melhor meu lugar no mundo e qual meu papel em melhorá-lo. A partir das referências de gênero que tenho, aprendi a lutar também, no sentido da resistência, e entender as diversas faces de desigualdade dos espaços políticos, sociais e culturais em que vivemos. Também me propus a disputar conhecimento no campo científico ao

escolher esse tema de estudo. Os estudos de gênero, assim, ocupam cada vez mais espaço nas produções científicas também como resistência e disputa de saberes.

A teoria de gênero estuda as formas como social e culturalmente se estabelecem e se constituem feminilidade e masculinidades, as desigualdades entre os gêneros e a forma como esses são constituídos, incluindo a sexualidade (CONNEL; PEARSE, 2015). Ela define a forma como a mulher e o homem se colocam no mundo, suas identidades e seus símbolos. Não são definidos/as pelo sexo biológico (macho e fêmea) e sim são construídos/as nas/pelas e entre as relações sociais entre as pessoas. O gênero pode ser feminino, masculino, não binário e ele nem sempre acompanha o sexo de nascimento. Nesse debate, há inúmeros preconceitos estabelecidos, que acompanham a vida das pessoas e suas expressões de gênero na sociedade que se caracteriza como patriarcal, ou seja, onde as relações de poder assimétricas se expressam entre homens e mulheres.

A teoria de gênero, tanto nos movimentos sociais quanto na produção científica, é plural, conflitante e disputada. Não há uma linearidade ao discutir gênero, e por isso trazemos aqui alguns aspectos que precisam ser levantados nesse debate.

As teorias de gênero têm sua gênese nos movimentos feministas que marcam espaço na construção do conhecimento. São chamados de movimento de primeira, segunda e terceira onda, os quais vão trazendo para a teoria, aspectos importantes levantados na luta social (Meyer, 2004).

Estes movimentos remeteram, principalmente, à necessidade de investir mais em produção de conhecimento e estimularam o desenvolvimento sistemático de estudos e de pesquisas que tivessem como objetivo não só denunciar, mas, sobretudo, compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres vinham sendo historicamente submetidas (MEYER, 2004, p. 14).

As temáticas voltadas ao cotidiano das famílias e instituições em geral, sexualidade, trabalho doméstico, que antes eram consideradas menores, nas últimas décadas acabam ocupando espaços importantes na produção de conhecimentos (MEYER, 2004).

A ideia de que as diferenças que se tornavam desigualdades entre homens e mulheres são construídas social e culturalmente e não são biologicamente determinadas foi pioneira nos estudos de gênero, e hoje agregam-se outras perspectivas à essa.

Por um lado, gênero vem sendo usado como um conceito que se opõe - ou complementa - a noção de sexo biológico e se refere aos

comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a(s) cultura(s) inscreve(m) sobre corpos sexuados. Nas perspectivas derivadas dessa abordagem (...) a ênfase na construção social e cultural do masculino e do feminino não tensionou o pressuposto da existência de uma 'natureza' biológica universalizável do corpo e do sexo. Ou seja, em algumas dessas vertentes continua-se operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma biologia humana universal que os antecede (MEYER, 2004, p. 15).

Outros estudos, de caráter pós-estruturalista, vêm demonstrar que a biologia humana não é universalizável, e que a sociedade influencia também a forma como o corpo é apresentado. Estudos sobre a sexualidade humana e suas diversidades aparecem nessa perspectiva de gênero de uma forma mais ampla e plural questionando noções biologicistas de corpo, de sexo e de sexualidade (MEYER, 2004).

Outras perspectivas pós-estruturalistas, como os estudos de Foucault, trazem a linguagem como dispositivo que é utilizado juntamente com a cultura para a produção dos corpos e do gênero.

Nessa perspectiva, o conceito de gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. O conceito de gênero privilegia, exatamente, o exame dos processos que instituem essas distinções - biológicas, comportamentais e psíquicas - percebidas entre homens e mulheres (MEYER, 2004, p.15).

As relações de poder produzem diferenças e desigualdades entre o gênero e esse é social, cultural e discursivamente produzido.

Pensando em termos sociais, nós vivemos em um sistema patriarcal, em que o homem (principalmente, branco, heterossexual) é priorizado em função da mulher, tem uma relação de poder sobre ela e privilégios sociais em várias questões de nossos cotidianos, como por exemplo no trabalho, onde o salário ainda é maior para o homem, na preferência para ocupar cargos de chefia, etc. Nossa sociedade, em sua grande maioria, ainda preza o homem como superior às mulheres, que detém boa parte do poder econômico, social e político ainda nos dias atuais, mas como resistência, há a luta das mulheres que tentam diminuir essas diferenças em nossos meios de convívio (HIRATA, 2018).

As mulheres ainda são minorias nos sistemas públicos, nos cargos de chefia, em cargos como presidência, diretorias, como pesquisadoras em bolsas de produtividade e em ter voz até dentro de suas casas. Por exemplo, as mulheres são sub-representadas na política brasileira. No ano de 2022, foram eleitas apenas 91 mulheres deputadas federais,

que correspondem a 17,7% do total de cadeiras dessa representatividade política. Nas mesmas eleições, tivemos apenas 190 mulheres eleitas nos cargos de deputadas estaduais, o que representa 18% do total de deputados e deputadas eleitas. No senado, apenas 10 mulheres ocupam as 81 cadeiras disponíveis (TSE, 2023).

Esse cenário não se repete, por exemplo, dentro dos cursos de Pedagogia que são, majoritariamente, femininos. A Pedagogia é composta em sua grande maioria por mulheres porque, historicamente, é uma profissão vista como maternal, que envolve um cuidado maior para com a criança. Isso se relacionava com a construção social do que se entende como feminino, desde os séculos passados. Os estereótipos de gênero definem que o homem sustentaria o lar, sairia trabalhar fora, enquanto a mulher cuidaria da casa e dos filhos. Isso teve grande influência na Pedagogia, sendo até hoje visível a maior presença de mulheres em detrimento de homens nessa carreira. Assim questionamos: como não falar de gênero vindo de um curso como esse? (GONÇALVES; PENHA, 2015)

Ainda sobre o curso de Pedagogia, a presença masculina é questionada, em especial sobre o trabalho de um homem em sala de aula com crianças pequenas. A questão gira em torno de como um homem vai dar banho nas crianças, se ater a laços de afeto quando em nossa sociedade há registros de abusos nessas situações? Por isso e também pelo próprio papel social atribuído ao homem, há diversos preconceitos enraizados quando falamos em um homem educador e cuidador de crianças (GONÇALVES; PENHA, 2015) reiterando e naturalizando a suposta “natureza” da mulher-mãe-cuidadora.

Silva, Brabo e Morais (2021) estudaram as concepções de gênero de estudantes do curso de Pedagogia, de uma universidade pública paulista, relacionando os conceitos evidenciados em suas concepções com a produção da literatura de gênero feminista e observaram que as concepções de gênero se apresentam como noções frágeis, ou seja, os participantes da pesquisa não apresentaram formação sobre o assunto:

[...] observamos que as concepções de gênero desses sujeitos não lhes amparam em sua atuação futura junto à diversidade de gênero na escola ou no desenvolvimento de um trabalho que aborde a temática. Inferimos que as(os) participantes não detêm uma formação em gênero fundada no conhecimento científico proveniente das produções da literatura de gênero feminista, com exceção das(os) que compreendem gênero nas perspectivas identitária e funcionalista, mas que se mostram em noções frágeis e sem a evocação de determinada teoria ou autor(a) da literatura. (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021, p.18)

Conforme aparece na citação, as compreensões de gênero que apareceram na pesquisa de forma bastante superficial referem-se às perspectivas identitária e funcionalista. A ideia de gênero como identidade refere-se às construções de gênero nos corpos e a identificação com o masculino e o feminino, independente do sexo biológico de nascimento o que é um tema comum entre jovens, atualmente. E a funcionalista requer um certo reducionismo do conceito de gênero, levando a um entendimento de gênero binário vinculado ao sexo de nascimento.

Essa situação é recorrente, pois no curso de Pedagogia no qual estudo, posso perceber que não temos aulas com carga horária suficiente que falem sobre gênero e sexualidade. Por exemplo, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia no Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, vigente desde 2019, temos a matéria de Corpo e Sexualidade de somente 30 horas, que não é suficiente para tratar dessa temática.

Ser professora é uma das profissões mais importantes, pois é aquela que traz conhecimentos necessários para formar novas gerações, desenvolvendo valores e habilidades fundamentais para o crescimento humano e para a sociedade como um todo. O ser professora vai muito além da sala de aula, pois tem um papel importante no processo de acesso à educação, assim ampliando as oportunidades e reduzindo as desigualdades, por isso é tão importante termos acesso a diferentes assuntos durante o curso para termos uma formação mais completa, sistêmica, crítica, atualizada e engajada para levar para as salas de aula.

Dados sobre a docência no Brasil nos indicam desigualdades de gênero importantes para a análise. O Censo Escolar de 2022 aponta que o ensino básico brasileiro é realizado, em sua grande parte, por professoras mulheres. Dos 2,3 milhões de profissionais, 1,8 milhões são mulheres, o que representa 79,2% (INEP/MEC, 2022).

A função docente, majoritariamente feminina, nos remete a questões históricas. Socialmente foi delegado às mulheres o papel social dos cuidados e a docência é entendida no senso comum com certa semelhança a essa tarefa. Outra questão é que mulheres poderiam desenvolver essa atividade profissional, que no entendimento social é uma profissão que não oferece bons salários e, assim, esse espaço poderia ser ocupado por elas que (supostamente) não seriam as responsáveis pelo provimento econômico pelo lar. No entanto, os dados demonstram que as mulheres chefiam quase metade das famílias brasileiras, o que representa um total de 48% dos lares chefiados por elas (IBGE, 2022). O que ocorre é a sobrecarga de trabalho, pois elas se responsabilizam pelos suprimentos

do lar assim como pelo trabalho reprodutivo de cuidados, o que também afeta sobremaneira a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Por outro lado, as mulheres estão menos representadas em profissões mais valorizadas pelo mercado de trabalho, dominadas pelos homens. Essas desigualdades emergem na docência da educação básica e são reflexo de uma desigualdade de gênero estrutural em nossa sociedade.

Considerando que os estudos de gênero não se referem apenas à condição da mulher, mas sim como citado anteriormente, referem-se aos sujeitos de gênero que estão atravessados pelas relações de poder e são produzidos social, cultural e discursivamente, o que passa também pela sexualidade, voltamos nosso olhar para a educação sexual que está entendida nesse trabalho como as ações pedagógicas que educam indivíduos como mulheres e homens e suas características plurais e identitárias e que podem auxiliar na quebra de padrões das relações de poder de gênero hegemônicas.

A educação sexual no Brasil como terminologia é observada desde os anos 1990 para tratar da discussão sobre sexualidade na escola. Foi institucionalizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997 (FURLANI, 2009, p. 40).

A educação sexual passa por uma visão biológica, médica, higienista e moralista, ou seja, uma pedagogia de controle da sexualidade. A autora Jimena Furlani trata desse histórico em seu texto “Encarar o desafio da educação sexual na escola” (FURLANI, 2009) e problematiza essa forma de tratar a educação sexual, chegando numa visão mais ligada à perspectiva pós-estruturalista da discussão. Concebe, portanto, a educação sexual como toda a ação docente baseada num currículo que trata da questão da sexualidade desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos com vistas à construção da liberdade dos corpos e da igualdade de gênero.

Neste trabalho, visamos analisar a produção de conhecimento produzido sobre educação sexual no período de 2018-2022, por meio da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A catalogação dos artigos foi realizada na base de dados SciELO, com as palavras-chave sexualidade e educação sexual, para posteriormente, ser feita a análise qualitativa desses artigos, a partir de um recorte da pesquisa de Iniciação científica intitulada Pesquisa Bibliométrica Artigos Científicos Sobre Sexualidade Disponibilizados No Scielo (1997-2019).

Tendo em vista que o tema dessa pesquisa passa pela sexualidade, gênero e educação, podemos analisar que falar de sexualidade não é somente falar sobre o sexo em si. Sexualidade envolve muitos aspectos, como as questões de gênero, do corpo biológica, social e culturalmente falando, as identidades sexuais, questões emocionais, a orientação

sexual, a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST's e muitos outros. Falar de sexualidade, ainda hoje, é um tabu encontrado dentro das escolas com a juventude. Porém a educação sexual traz diversas discussões muito importantes que em sua grande maioria protegem aqueles que estão aprendendo sobre os temas que a permeiam.

Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 29):

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve, gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 29)

Vemos nesta citação que temos diversas maneiras de entender a sexualidade, e percebemos que deve ser discutida com crianças e adultos, e principalmente na juventude, quando as descobertas sobre o corpo e os diferentes modos de pensar afloram e se expressam fortemente. A educação sexual pode levar à autonomia, constituição da autoestima, vivência de relacionamentos igualitários, à expressão de gêneros, proteção, autocuidado, e à garantia de direitos sexuais, reprodutivos e humanos. Para Foucault, a sexualidade é um dispositivo de controle, mais um elemento do controle dos corpos e da população estabelecida na sociedade capitalista (FOUCAULT, 2020).

No que se refere à expressão da sexualidade, do gênero e da diversidade, aqueles/as que não seguem padrões considerados hegemônicos, são taxados/as como diferentes, estranhos/as, abjetos/as (BUTLER, 2000) e, muitas vezes, são excluídos/as, discriminados/as, segregados/as e/ou violentados/as. Os diversos marcadores sociais da diferença (idade, gênero, classe socioeconômica, raça/etnia, etc.) podem tornar corpos mais vulnerabilizados e sujeitos a múltiplas exclusões.

Nesse contexto das discussões de gênero atuais, falar de educação sexual na educação básica remete sobremaneira aos enfrentamentos de narrativas entre os discursos do Movimento Escola Sem Partido que denominam a educação sexual como ideologia de gênero, questionando-a e apresentando uma visão ultraconservadora das discussões sobre gênero e sexualidade na educação.

A chamada “ideologia de gênero” vem de uma perspectiva conservadora da igreja e de grupos extremistas de direita e propõe acabar com as questões que não envolvem o que não é natural para eles ou está nos livros sagrados considerados como certo. Questões naturalizadas como a heterossexualidade, a cisgeneridade são padrões defendidos por esses grupos. Consideram as questões de gênero como ideologias de esquerda e apontam noções preconceituosas e anticientíficas das mesmas. (FRIGOTTO, 2017; SOUZA, MEYER; SANTOS, 2019; JUNQUEIRA, 2018)

Considerando, portanto, a ofensiva dos discursos do “Movimento Escola sem Partido” contra a “Ideologia de gênero” que assola o país nos últimos anos, nos interessamos também em saber: Como a educação sexual é expressa nos artigos científicos do SciELO, no período de 2018-2022?

Esse artigo será dividido em quatro partes: Os objetivos dessa pesquisa, o referencial teórico que traz uma revisão de literatura sobre os conceitos principais abordados neste estudo, a metodologia utilizada para a pesquisa, a discussão dos resultados e as considerações finais, onde são levantadas reflexões acerca dos conhecimentos advindos de todo o processo da relação entre a pesquisadora e a pesquisa realizada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos de gênero têm sido utilizados em pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais nas temáticas voltadas à questão das mulheres, sexualidades, juventudes, cultura, política dos corpos entre outros. Eles têm como categoria central de análise as construções sociais do gênero e as identidades, podendo estar correlacionados com os estudos culturais como uma abordagem, que vêm, desde meados de 1960, trazendo as pesquisas para o âmbito do multiculturalismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo.

Os estudos culturais apontam que o sujeito social, antes entendido como sujeito unificado, indivíduo moderno, atualmente deve ser entendido como híbrido, múltiplo e diverso. Há uma chamada crise de identidade do sujeito moderno e essa crise se desenrola em novos entendimentos identitários no mundo contemporâneo (HALL, 2006).

Segundo Stuart Hall (2006) há uma mudança estrutural nas identidades entendidas anteriormente como fixas.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as

paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2006, p. 9)

Os estudos culturais também redefinem o campo da cultura nos estudos. Essa passa a ser entendida também de forma não fixa, mas diversa. Foi no campo da antropologia, principalmente, que a cultura foi redefinida a partir dos estudos culturais. Conforme uma geração de antropólogos norte-americanos, como Geertz que a analisa como ação humana permeada de conteúdos simbólicos que se transforma nas várias relações com diferentes dimensões da vida social (KUPER, 2002). A cultura, nos estudos culturais, passa a ser central na análise das sociedades.

Dessa forma, Beck e Guizzo (2013, p. 174) nos sintetizam esse pensamento sobre a cultura:

Cultura passou a ser compreendida como campo conflituoso de lutas, contestação e significados sociais, formas variadas dos grupos por meio dos quais são produzidos e recompostos sentidos e sujeitos, através da manifestação de singularidades, peculiaridades e particularidades dos distintos grupos sociais.

As culturas como expressões simbólicas da vida estão em constantes disputas e transformações. As identidades culturais, nessa perspectiva também não são mais fixas, como eram entendidos em estudos anteriores. Assim pode-se verificar esses deslocamentos quando discutimos gênero e sexualidade.

No processo formativo que a pesquisa desenvolvida vem trazendo, gênero pode ser entendido como uma categoria das ciências sociais que considera o feminino e o masculino como construções sociais. Tais estudos questionam a “natureza” do binarismo e o essencialismo que colocam homens e mulheres como polos opostos constituídos a partir da materialidade do sexo biológico. A forma como a mulher e o homem se colocam no mundo, suas identidades e seus símbolos não são definidos pelo sexo biológico (macho e fêmea) e sim são construídos nas relações sociais entre as pessoas.

Nessa perspectiva, trazemos Butler e seus estudos sobre sexo e gênero para definirmos esses conceitos:

Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie

de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o "sexo" é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o "sexo" e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. (BUTLER, 2000, p. 111)

Segundo a autora, os corpos são regulados pelas normas impostas pela sociedade e o sexo é assim materializado por essa regulação. A questão é que os corpos não se conformam totalmente com as normas estabelecidas, escapando assim dos processos regulatórios. Assim os corpos podem apresentar gêneros complexos e fora do padrão estabelecido.

Nesse debate, há inúmeros preconceitos que acompanham a vida das pessoas e suas expressões de gênero na sociedade que se caracteriza como patriarcal, ou seja, onde os poderes se estabelecem pelos/para os homens. As noções de identidades fixas, por exemplo, a visão binária do gênero masculino e feminino, que obrigatoriamente deveriam estar de acordo com o sexo de nascimento, ainda prevalecem no senso comum da sociedade alimentando esses preconceitos e violências que perpassam desde as famílias até as escolas (HALL, 2006).

Beck e Guizzo (2013) tratando da relação entre estudos de gênero e estudos culturais na educação apontam que:

Os referidos campos de estudo, nos últimos anos, devido à produtividade de suas pesquisas e investigações desenvolvidas, vêm ganhando cada vez maior atenção e destaque, justamente por se oporem ao hibridismo das pesquisas de caráter prescritivo e regulador no campo da educação (BECK e GUIZZO, 2013, p. 173).

Essas perspectivas teóricas nos auxiliam a trazer questões, com a pesquisa, que não são verdades únicas, mas que são indagações que podem contribuir com a construção do conhecimento nessa área de estudos.

No que se refere ao conceito de gênero, numa perspectiva histórica, ele foi definido a partir das atuações dos movimentos feministas que passaram pela luta por direitos e juntamente a esses movimentos organizados inserções teóricas nas universidades e institutos de pesquisas. O feminismo passa a tratar o gênero como estudos da mulher, trazendo para o debate as desigualdades vividas pelo feminino nas relações sociais e a luta por direitos (LOURO, 1997). As mulheres dos movimentos feministas

reverberaram vozes que historicamente foram silenciadas, como nos aponta Guacira Lopes Louro (1997):

Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros (LOURO, 1997, p. 4)

Considerando a importância histórica do movimento feminista na criação dos estudos de gênero, alguns limitantes foram sendo trazidos à tona dadas as distintas realidades vividas nos contextos sociais diversos, o que os estudos tiveram que ir se redefinindo para tentar explicar teoricamente, para abarcar as reivindicações dos múltiplos grupos (mulheres negras, lésbicas, indígenas, etc.). As pesquisas foram ampliando a visão não binária do gênero, ou seja, a ideia de que as construções sociais do masculino e feminino estariam vinculadas ao sexo de nascimento foram observadas de uma maneira mais plural. Ou seja, para além de se discutir a condição de opressão da mulher cisgênero (quando a identidade de gênero combina com o sexo de nascimento), os estudos e os movimentos sociais passaram a definir gênero em sua ampla diversidade de possibilidades de expressões nos corpos e nas identidades (LOURO, 2008). Uma política cultural passa a ocupar os espaços de narrativas e de teorias no mundo atual (LOURO, 2008). Como a própria autora Louro nos aponta:

Transformações são inerentes à história e à cultura, mas, nos últimos tempos, elas parecem ter se tornado mais visíveis ou ter se acelerado. Proliferaram vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais (LOURO, 2008, p. 19)

As mudanças na sociedade expressam a necessidade de se pensar o gênero vinculado às ideias de identidades e cultura, dentro da perspectiva dos estudos culturais, e assim também se pensar a sexualidade.

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou

valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 6).

Falar de sexualidade e, em especial, de sexualidade e educação sexual nos remete a esses conceitos de gênero trabalhados. Pensar em como a sexualidade é trabalhada ou silenciada nas escolas de educação básica, em termos pedagógicos, remete em como essas instituições escolares, seus currículos e a prática pedagógica de professores e professoras assumem os conhecimentos científicos relacionados ao tema, e se despem (ou não) de preconceitos e silenciamentos.

Refletindo sobre o tema da sexualidade, podemos pensar em como ela pode ser abordada teoricamente tendo em vista as realidades das constituições dos corpos que carregam as dimensões sexuais de jovens na sociedade.

A sexualidade precisa ser abordada não somente do ponto de vista biológico e reprodutivo, mas também do afetivo, como traz Jimena Furlani (2009):

Sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas, quais sejam: desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. (FURLANI, 2009, p. 302)

Essa temática de sexualidade é abordada em diversos países, não somente no Brasil, então percebe-se que há conteúdo sobre o assunto em diversos lugares, por diferentes grupos sociais.

Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Uma vez que a saúde sexual é um direito fundamental, então a saúde sexual deve ser um direito humano básico. (FURLANI, 2009, p. 302)

Como vemos, a saúde sexual é um direito fundamental, sendo assim por isso a abordagem o quanto antes para prevenir doenças e, mesmo, para uma formação integral da pessoa humana, é de extrema importância, Jimena Furlani (2009) fala que “Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais.”.

Amaral e Fonseca (2005) comentam sobre a sexualidade em seu artigo, sendo assim falam também sobre a iniciação sexual em homens e mulheres.

Nas últimas décadas houve um aumento da iniciação sexual precoce em homens e mulheres jovens e adolescentes, associado isso, também, com a baixa escolarização.

Para os pais, ainda é uma questão complicada em se falar de sexualidade. Assim podemos trazer a importância da escola em ter voz sobre o assunto. Nesse sentido, traz um certo alívio e conforto não ter que falar com os responsáveis sobre esse assunto pois é uma coisa que ainda causa certo constrangimento no jovem e muitos dos adultos também não se sentem preparados para ter essas conversas dentro de suas casas com seus filhos. É o que chamamos de silenciamento sobre o tema que acontece na maioria das famílias, e que devemos discutir quando acontece dentro da escola.

Um estudo realizado com adolescentes de escolas particulares e públicas de São Paulo, também constatou um comportamento diferenciado de jovens que relatavam um diálogo aberto com os pais, inclusive para discutir assuntos relacionados à sexualidade. Tais adolescentes revelaram-se mais seguros no estabelecimento de suas relações afetivas. A autora reforça a importância da família não se alienar da realidade vivida pelos adolescentes e de suas descobertas na área da sexualidade, na medida em que a atividade sexual vem fazendo parte do namoro e cabendo ao adolescente decidir quando e como iniciá-la (AMARAL; FONSECA, 2005, p. 472)

Há grande diferença na criação de meninas e meninos por parte dos genitores, enquanto há receio e proteção das filhas relacionadas à gravidez precoce e à iniciação sexual, há o incentivo aos filhos no sentido de “provar” sua masculinidade. Enquanto para uma jovem ter uma vida de autoconhecimento e exploração de sua sexualidade é extremamente julgado como vulgar, para o jovem já é um símbolo de sua virilidade.

A gravidez é citada como uma das grandes fontes de medo entre os jovens e adolescentes, as questões emocionais e as incertezas são fatores fortes nos relacionamentos afetivos desse grupo acompanhadas do desejo geram diferentes escolhas nas relações interpessoais (AMARAL; FONSECA, 2005).

Já os autores Fonseca, Gomes e Teixeira (2010) tratam de uma outra perspectiva relacionada à sexualidade, juventude e educação. Tratam de um estudo realizado numa escola pública acerca de ações pedagógicas sobre orientação sexual com os jovens estudantes.

Percebe-se a partir desse texto que quando se fala de sexualidade na escola, em sua grande maioria, os projetos são feitos a partir de pesquisadores e profissionais da

saúde que receberam uma capacitação para isso. Para os educadores, ainda é um assunto pouco discutido em sua formação, mas muito importante. Vê-se nesse artigo, assim, a importância de abordar essa temática em sala de aula (FONSECA; GOMES; TEIXEIRA, 2010).

Uma forma de promover a educação sexual com os estudantes é adequar a suas linguagens e utilizar uma metodologia participativa, causando uma aproximação para tirarem suas dúvidas e fazerem seus questionamentos, e consequentemente aprenderem mais.

Por conseguinte, vemos que, também na pesquisa de Fonseca, Gomes e Teixeira (2010), se fala da dificuldade dos pais de conversarem com seus filhos sobre a sexualidade, visto que o medo do diálogo se dá principalmente por indicar que os jovens já estão prontos para iniciar sua vida sexual, e isso causa grande desconforto. Mas apesar disso, aqueles que estão iniciando essa vida sentem uma importância grande do diálogo ocorrer e que a família tem um papel fundamental em seu processo de formação.

O grupo familiar exerce um papel fundamental na formação de crianças e jovens, sendo importante na determinação e organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual por meio das ações e medidas educativas tomadas. Assim, podemos dizer que a família é responsável pelo processo de socialização primária e, com isso, tem influência nas questões sexuais desenvolvidas e apreendidas ao longo do tempo. Para os informantes deste estudo, o papel ideal da família é de orientar, ensinar, dar segurança e apoio[...] (FONSECA; GOMES; TEIXEIRA, 2010, p. 333)

Os alunos participantes da referida pesquisa relatam que aprovaram o tipo de trabalho desenvolvido que remete à educação sexual na escola. Eles entenderam a importância desse trabalho e acreditam que é algo que levarão para a vida, principalmente devido à falta de comunicação com a família. O trabalho na escola ajuda muito aqueles que querem aprender mais sobre o assunto e não tem onde ou quem procurar para isso. Causa impactos educacionais que podem mudar as condições de desigualdades de gênero vividas pelos jovens ou ainda dar-lhes conhecimentos importantes para enfrentá-las. Também os protegem de violências e desinformação.

Sousa Neto et al. (2012) trazem um relato de experiência onde os jovens participam de uma atividade com perguntas e respostas, e um debate desempenhado pelos mesmos. Quando se pensa em levar o tema da sexualidade para a escola, o senso comum supõe que os alunos podem não levá-lo a sério e transformá-lo em brincadeira. Contudo,

vemos pelas pesquisas desenvolvidas que o consideram importante, e quando participam tem certa noção sobre o assunto, mas, ainda assim há muitas dúvidas e questionamentos. Segundo os autores, “as informações obtidas pelo jovem sobre sexo geralmente ficam a cargo da televisão, internet e conversas com amigos, e estas, em geral, são incompletas, errôneas ou inconsistentes” (SOUSA NETO et al., 2012, p. 89).

Os adolescentes, em geral, não procuram buscar essas informações em locais de atendimento à saúde, e sim em locais com informações que podem estar incorretas, apesar de que há alguns profissionais de saúde que estão utilizando das redes para propagar boas informações sobre o tema. Mas, por outro lado, os autores trazem que quando o jovem tem chance de conversar a respeito da sexualidade com esses profissionais, eles o fazem de forma rápida e superficial (SOUSA NETO et al., 2012).

Fazendo uma reflexão sobre o papel da escola na educação para a prevenção e o combate à violência de gênero e sexual de crianças e adolescentes, o estudo de Campos e Urnau (2021) nos traz indicativos importantes nesses aspectos. O estudo foi realizado em escolas da rede pública estadual em Porto Velho - RO, com docentes e agentes educacionais sob a perspectiva do entendimento da educação sexual como um direito humano e uma necessidade ao enfrentamento das violências de gênero e, em especial da exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo os autores, a importância da discussão da sexualidade com crianças e adolescentes é um direito humano já garantido nas normativas internacionais, porém, encontra muitas resistências ainda nos dias atuais:

Sabemos que a discussão da sexualidade de crianças e adolescentes como um direito humano ainda enfrenta muitas resistências. Porém, vale pontuar que tanto no Plano de Ação do Cairo quanto na Plataforma de Beijing (Organização das Nações Unidas, 1995a, 1995b), ambas normativas internacionais relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, os adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direitos. Portanto, eles devem ser alcançados por essas normas e pelas políticas públicas que lhes garantam, entre outras coisas, a assistência à saúde sexual e reprodutiva, bem como à educação sexual, que devem ser incluídas nos currículos escolares (LEITE, 2013 apud CAMPOS; URNAU, 2021, p. 2).

Desse modo, as pesquisas vêm demonstrando certa ausência da educação sexual nas escolas, tanto na educação básica, quanto na formação das professoras, como já abordado neste texto.

A pesquisa de Campos e Urnau (2021) demonstrou que nas escolas pesquisadas, quando há relatos de exploração sexual e violência, as ações da escola são ínfimas se

limitando apenas a uma conversa com os responsáveis. E que as escolas investigadas não exercem efetivamente um planejamento pedagógico de educação sexual.

Segundo o relato dos agentes escolares entrevistados, observamos que a sexualidade na adolescência é sempre trabalhada na perspectiva preventiva para evitar a gravidez e as infecções sexualmente transmissíveis (IST). Isso significa que ela não é apresentada de forma aberta e integral, visando ao afeto, ao desejo e ao prazer. (CAMPOS; URNAL, 2021, p. 7)

Essa pesquisa é apenas mais uma das diversas que afirmam que a educação sexual com crianças, adolescentes e jovens ainda é silenciada nas escolas de educação básica do país e que mesmo sendo um direito garantido, esse ainda não é efetivado no âmbito da educação.

Se as pesquisas vêm demonstrando que a sexualidade e gênero são temas marginais nas escolas do país, isso está refletido também na produção do conhecimento sobre o tema, o que é alvo dessa pesquisa. Como são produzidos os conhecimentos científicos sobre sexualidade e educação sexual e em que medida são abordados esses temas nos artigos científicos disponibilizados no SciELO, entre 2018-2022? Quais narrativas são permitidas e publicadas em se tratando de sexualidades e educação sexual nas escolas? Quais os conceitos abordados sobre educação sexual nos artigos publicados e como esses se relacionam com o debate atual sobre a questão na sociedade? Nos próximos tópicos vamos analisar os resultados dessas investigações realizadas neste trabalho.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é um recorte do trabalho de Iniciação Científica/ UFU/CNPq, intitulado “Pesquisa Bibliométrica Artigos Científicos Sobre Sexualidade Disponibilizados No SciELO (1997-2019).”, orientado pelos prof. Dr. Mauro Machado Vieira e prof.^a Dr.^a Claudiene Santos, cujo objetivo foi analisar quantitativamente a produção de conhecimentos sobre sexualidade, a partir de estudos de artigos científicos publicados no SciELO (1996 a 2022). Foram encontrados 983 artigos e os resultados foram apresentados em eventos científicos. Esta pesquisa será descrita brevemente na seção de metodologia e na análise dos resultados a fim de contextualizar o caminho percorrido.

Durante o final do ano de 2022, em agosto, começamos a desenvolver uma Iniciação Científica, desenvolvendo um trabalho onde, através da tabulação de dados coletados na Plataforma SciELO, buscamos atingir o objetivo da investigação que foi analisar a produção de conhecimento com a temática sexualidade. Dessa forma, essa foi uma pesquisa qualitativa bibliográfica, e para chegar a ela, percorremos um caminho quantitativo através das planilhas do Excel.

No primeiro momento da pesquisa foram selecionados todos os artigos presentes na base de dados SciELO que continham as palavras-chaves sexualidade nos anos 1996 a 2022. O ano de 1996 foi escolhido como ponto de partida pois foi a partir desse ano que foram publicados de forma mais significativa em termos de quantidade, os artigos científicos que continham a palavra-chave sexualidade.

Após a seleção dos artigos, estes foram organizados em planilhas de Excel para se ter um quadro geral da situação da produção científica na área e poder organizar os dados para serem analisados.

A primeira planilha foi desenvolvida a partir de divisões em colunas, sendo elas as áreas de conhecimento, o nome dos autores, o título dos artigos, as revistas em que foram publicadas, o ano e a palavra-chave que ficou como principal nessa fase da pesquisa. Nessa primeira planilha tivemos 983 artigos tabulados.

No segundo momento, foco deste trabalho, visamos analisar a produção de conhecimento em educação sexual no período de 2018-2022, por meio da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010), respondendo à seguinte questão norteadora: Como a educação sexual é expressa nos artigos científicos do SciELO de 2018-2022?

A revisão integrativa é uma técnica de pesquisa que envolve elaboração de pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos; discussão dos resultados.

A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados (...). Pontua-se, então, que o impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 103, 104).

A catalogação dos artigos foi realizada na base de dados SciELO, com as palavras-chave sexualidade e educação sexual, para posteriormente, ser feita a análise qualitativa desses artigos. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos completos publicados em periódicos abertos, na área de educação, que se referissem à educação básica no Brasil, e como critérios de exclusão, artigos repetidos, dissertações, monografias, teses e trabalhos publicados em congressos ou de acesso pago.

Dessa forma, a revisão integrativa embasou metodologicamente esse estudo, perpassando desde a questão norteadora, a coleta e análise quantitativa e qualitativa após o levantamento de dados.

A partir da catalogação dos artigos, no primeiro momento, foram selecionados os artigos que continham a palavra-chave educação sexual, para composição de uma tabela dentro da área de conhecimento educação.

A partir desses procedimentos metodológicos, fizemos a análise qualitativa de artigos que tratam da educação sexual, publicados no SciELO.br de 2018 a 2022, que totalizaram 30 artigos.

Foi encontrado um artigo com a palavra-chave sexualidade publicado no ano de 1985, sendo esse o mais antigo da plataforma. Demonstrando que o tema ainda não ocupava espaço nas ciências. Depois desse, em 1991 foram publicados dois artigos e, em 1992, mais um. De 1996 em diante começaram a aparecer mais artigos na plataforma SciELO, provavelmente pela influência da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 que traz o termo educação sexual e dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 que também apresenta o tema.

Escolhemos começar a tabular os trabalhos a partir do ano de 1996, pois, foi quando começou a ter uma incidência maior no site do SciELO, de artigos ligados à sexualidade. Percebemos que pouco se tinha em artigos anteriores a essa data. E também foi possível verificar que foi a partir desse ano que começaram a aparecer artigos ligados à educação, juntamente com sexualidade, que refere-se a uma parte importante dessa pesquisa.

4. RESULTADOS

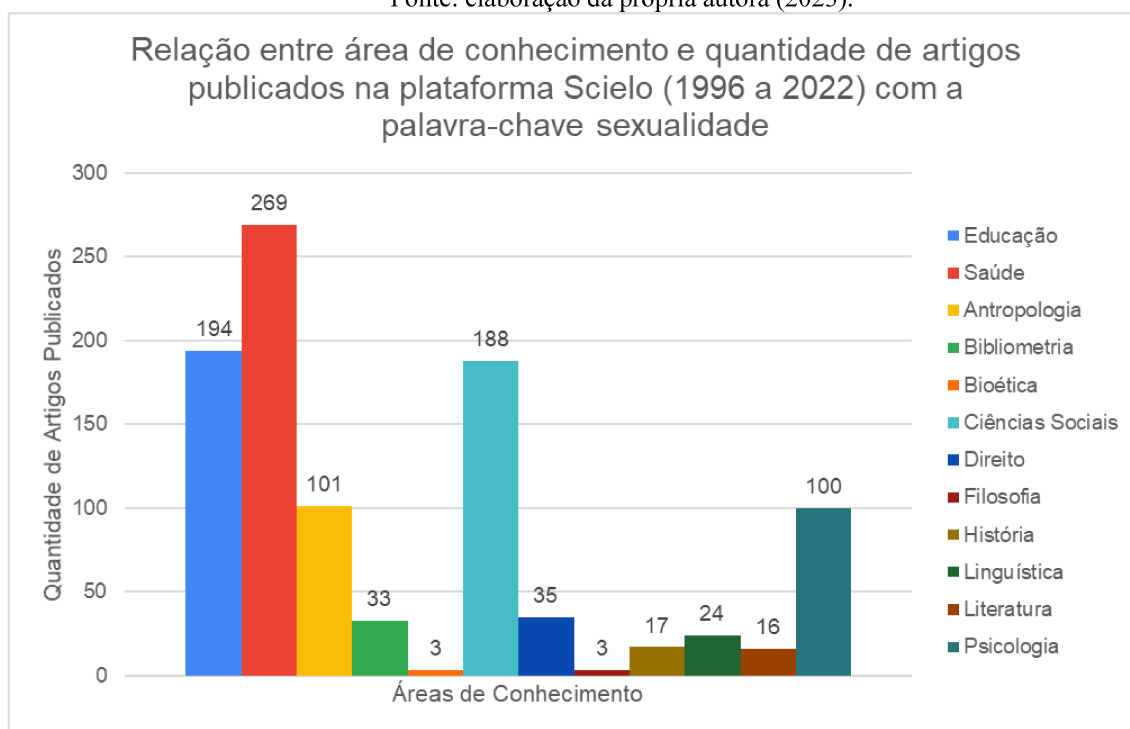
No que se refere à primeira parte da pesquisa (artigos com a palavra-chave sexualidade), foram tabulados em uma planilha do Excel 983 artigos divididos em

diferentes áreas do conhecimento. Sendo elas Antropologia, Bibliometria, Bioética, Ciências Sociais, Direito, Educação, Filosofia, História, Linguística, Literatura, Psicologia e Saúde Coletiva. Quando comecei a participar da pesquisa, ela já estava em andamento, e essas áreas já estavam definidas pelo professor orientador.

Assim, o gráfico a seguir mostra a relação de quantidade de artigos sobre sexualidade com a área de conhecimento a que eles pertencem:

Gráfico 1 - Tabela sobre sexualidade.

Fonte: elaboração da própria autora (2023).



Separamos, no gráfico, as áreas de educação e saúde nas primeiras barras, pois são as áreas que mais apareceram nas publicações. As outras áreas de conhecimento seguem em ordem alfabética.

Com essa organização de dados, pudemos perceber que a maior parte das publicações que contêm a palavra-chave sexualidade, são da área da saúde, seguida da área de educação e ciências sociais.

Discutir sexualidade na área de conhecimento da educação é muito importante e apesar de já ter certos avanços, assim como as práticas de educação sexual na escola, ainda não é tão numerosa comparado a outros trabalhos. O número de publicações é baixo (considerando somente a plataforma SciELO) tendo em vista a necessidade urgente de se debater o tema. Se ainda, em alguns espaços de registro de produção de conhecimento, as pesquisas que envolvem sexualidade e educação sexual não apresentam grande número

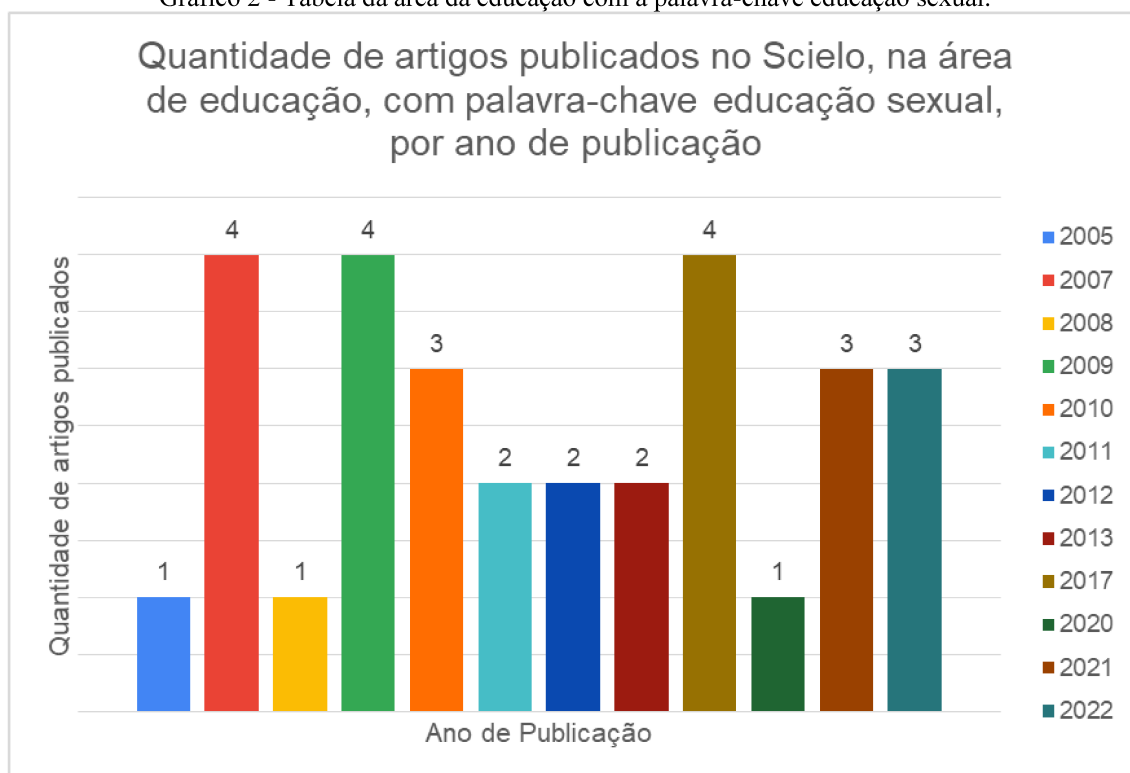
de publicações, isso certamente reflete nas práticas escolares com o trabalho com a educação sexual.

Tabulamos os artigos da área de educação que continham a palavra-chave sexualidade que totalizaram 194. Desses artigos, filtramos os que continham a palavra-chave educação sexual, onde se concentra a análise qualitativa desse trabalho.

No conjunto dos 194 artigos da área da educação, apenas 30 artigos foram publicados com a palavra-chave educação sexual. Isso representa um número pequeno de publicações que tratam desse tema, em específico, mais uma vez reafirmando que o conhecimento na área ainda precisa ocupar mais o espaço científico, mesmo já tendo se estabelecido como área de conhecimento. É sabido que estamos pesquisando somente na plataforma SciELO, e que em outras plataformas há um número maior de produção de conhecimento com a temática, o que demarca o estabelecimento da área de conhecimento no campo científico.

No gráfico 2, a seguir, vemos a variação dos artigos selecionados sobre educação sexual pelas datas de publicação:

Gráfico 2 - Tabela da área da educação com a palavra-chave educação sexual.



Fonte: elaboração da própria autora (2023)

Percebe-se no gráfico, que não tivemos mais de 4 artigos publicados por ano nessa temática, que os números de artigos ainda são baixos em todos os anos publicados.

Também vemos que não se tem artigos publicados em certos anos, apresentando assim dados de que o tema foi suprimido nos anos anteriores a 2005, e também em 2006, 2014, 2015, 2016, 2018 e 2019. Esses dados nos mostram que a partir do momento em que os artigos com tema central sobre educação sexual foram publicados no SciELO, datado de 2005, não houve uma permanência nas publicações, tampouco houve um aumento no número de publicações no decorrer dos anos. Assim, podemos afirmar, que a temática, nessa plataforma estudada, ainda precisa de mais incidências de publicações. Questionamos por que há poucas publicações nesta plataforma? Ainda que haja formação continuada sobre o assunto para esses professores, dentro da plataforma do SciELO as atividades desenvolvidas que foram publicadas, de acordo com os artigos encontrados, ainda tem certa resistência de serem feitas por profissionais da educação se comparado a quantidade feita pelos profissionais da saúde.

Partimos, nesse momento, para a segunda parte dessa pesquisa que é a análise qualitativa dos artigos referentes à educação sexual pesquisados.

Dos 30 artigos selecionados, escolhemos os artigos que falam do Brasil, não trazendo os que englobam outros países. Decidimos por estipular aqueles que têm a ver com educação básica, os que falavam do ensino superior e outras modalidades de ensino também foram descartados para a análise qualitativa, uma vez que nosso interesse como pesquisadora se volta para a educação sexual na educação básica.

Foram escolhidos, assim, considerando os critérios de inclusão e exclusão, os artigos do período de 2018 a 2022 para serem analisados. Dessa forma, para a análise qualitativa temos 4 artigos elencados na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Artigos sobre Educação Sexual na plataforma SciELO entre 2018-2022.

ÁREA DO CONHECIMENTO	ARTIGO/REFERÊNCIA	PERIÓDICO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
EDUCAÇÃO	DIAS, DANIELLY FERREIRA; SPOSITO, NEUSA ELISA CARIGNATO. EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA A EJA DE UMA ESCOLA DE ASSENTAMENTO. EDUCAÇÃO EM REVISTA , V. 37, 2021.	EDUCAÇÃO EM REVISTA	2021	EDUCAÇÃO SEXUAL; SEXUALIDADE; EJA; ENSINO FUNDAMENTAL II; ESCOLA DE ASSENTAMENTO.
EDUCAÇÃO	GARBARINO, MARIANA INÉS. O TABU DA EDUCAÇÃO SEXUAL: GÊNESE E PERPETUAÇÃO DOS	CADERNOS PAGU	2021	EDUCAÇÃO SEXUAL; IDENTIDADE DE GÊNERO; PSICOGÊNESE;

	PRECONCEITOS NA INFÂNCIA. CADERNOS PAGU , 2021.			DESENVOLVIMENTO INFANTIL; PRECONCEITOS.
EDUCAÇÃO	MAGRIN, NICOLLY PAPACIDERO; MORAES, AMANDA SILVA DE; PANIAGO, CECÍLIA DE MORAES; SANTOS, INGRID FERNANDES DOS; LACERDA, RENATA MUSA; CUNHA, RACHEL NUNES DA. O IMPACTO DE OFICINAS SOBRE SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES. PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL , V. 26, 2022.	PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL	2022	ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO; SAÚDE SEXUAL; EDUCAÇÃO SEXUAL.
EDUCAÇÃO	GUIMARÃES, JAMILE; CABRAL, CRISTIANE DA SILVA. PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE: DISCURSOS, PRÁTICAS E (DES) ENCONTROS NA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES. PRO- POSIÇÕES , V. 33, 2022.	PRO-POSIÇÕES	2022	ADOLESCÊNCIA; GÊNERO; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL.

Fonte: Elaboração da própria autora (2023).

Os 4 artigos selecionados tratam de temáticas relacionadas à educação sexual. Dois deles referem-se à educação sexual na educação básica. O primeiro analisando práticas pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos numa escola de assentamento (DIAS; SPOSITO, 2021) e o outro analisando práticas de educação sexual em turmas de ensino médio (GARBARINO, 2021); um terceiro artigo faz um estudo mais voltado à perspectiva sociológica da produção da gênese dos preconceitos ligados à educação sexual na infância (MAGRIN et al., 2022); e o último, tem uma interface com a saúde pois trata de ações de educação sexual no contexto do trabalho com atenção à saúde de adolescentes, perpassando pela educação não formal (GUIMARÃES; CABRAL, 2022).

Assim pode-se analisar que temos dois artigos que tratam da educação escolar e dois, de educação não-escolar. Isso significa dizer que, ao olhar para a importância do trabalho pedagógico de educação sexual e gênero na educação básica, como um trabalho curricular, transversal e importante para a educação integral dos estudantes, no que se refere à produção de conhecimentos, realizado tanto dentro quanto fora da escola, em espaços não formais.

O primeiro artigo, “Educação Sexual: Uma Sequência Didática para a EJA de uma escola de assentamento” de Dias e Sposito (2021), traz reflexões importantes, a respeito de que não se tem dados em buscas em bases de dados sobre educação sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas de assentamento e nem sobre gênero e sexualidade em EJA em assentamentos rurais. Temas mais aprofundados ligados a essa temática tendem a aparecer pouco nas pesquisas, revelando a necessidade de mais estudos neste campo.

Essa pesquisa pretendeu levar atividades de ensino sobre educação sexual para os anos finais do ensino fundamental em escolas de assentamento da EJA, com alunos entre 27 e 82 anos. O texto propõe a realização de uma sequência didática para a execução de atividades de educação sexual nessas escolas.

Em termos de método pedagógico, foi feita uma intervenção com os alunos sobre o que é sexualidade, e as respostas foram as mais variadas. Apareceram respostas ligadas principalmente às suas vivências, entre elas, sobre o ato sexual, e sobre gênero, associado à orientação sexual.

Os alunos têm muitas dúvidas e questionamentos, o que ocorre não é só nessa escola, mas em geral. E na escola (de assentamento e, em geral), há a necessidade urgente de se trabalhar com sexualidade posto que as autoras do texto apontam:

Neste exposto, as escolas de assentamento são espaços sociais de sujeitos ativos e participativos, de múltiplos corpos e tipos de sexualidade, marcados por suas origens e crenças. Desconsiderar estes sujeitos seria padronizá-los a uma educação inadequada, esquecendo-se de suas identidades, particularidades e diversidades, enquanto sujeitos do campo. (DIAS; SPOSITO, 2021, p. 21)

Devemos levar em consideração todas as diversidades de pensamento, preconceitos estabelecidos e levar para os alunos novas informações, para que entendam que não é só uma visão fechada que é a sexualidade, não é só o ato sexual ou o gênero, mas sim nossos corpos, histórias e costumes.

Gabarino (2021) em seu texto “O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância” nos mostra, em seus dados, que grande parte das crianças ainda aprendem pouco sobre educação sexual em casa, não necessariamente com informações corretas. A escola tem muito ainda o que incorporar em suas práticas no que se refere à educação sexual, pois como já vimos no desenvolver deste artigo, em outras referências, as crianças e os jovens ainda têm muita dificuldade de falar sobre esses assuntos e tirar suas dúvidas em casa e na escola.

Cassiavillani e Albrecht (2023) apontam que “A importância de ampliar-se o entendimento sobre a abordagem da Educação Sexual na legislação brasileira se justifica pelo fato de que o Brasil ainda não possui qualquer lei específica sobre Educação Sexual” (CASSIAVILLANI; ALBRECHT, 2023, p. 4). Com relação às normativas voltadas às práticas pedagógicas de educação sexual, pode-se encontrar a educação sexual (chamada de orientação sexual) nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) desde 1997, e na Base Nacional Comum Curricular de 2017 (DIAS; SPOSITO, 2021, p. 4), porém, retirada em 2019, em razão da pressão de movimentos conservadores decorrentes da ofensiva da “ideologia de gênero”. Existe a discussão normativa da educação sexual nos documentos oficiais, porém, ainda não temos uma lei que trate especificamente dela para ser trabalhada na educação básica brasileira, assim como temos, por exemplo, a Lei N.º 10.639, de 9 de janeiro 2003, que obriga a educação básica a trabalhar a história e cultura afrobrasileira nas escolas.

Garbarino (2021) diz que “por outro lado, verificou-se que esses temas ainda permanecem tabus no contexto escolar, sendo a família a principal educadora sexual diante da notória baixa presença da escola.” (GABARINO, 2021, p. 14). Questionamos: quais os desafios para a inclusão da educação sexual na educação básica? Se educadoras/es que estão nas escolas são as/os mesmas/os que fazem a educação sexual em casa, como esta educação sexual está sendo realizada? Esses são questionamentos para uma continuidade dessa pesquisa.

Magrin et al. (2022), em seu texto, trazem a importância de uma oficina desenvolvida com estudantes do ensino médio, como meio de comunicação sobre educação sexual, como facilitadora do ensino e aprendizagem. Abordaram, principalmente, as questões de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Demonstraram como os alunos ficam mais à vontade participando de atividades como as descritas, para aprender mais sobre educação sexual.

Guimarães e Cabral (2022) trazem em seu texto as abordagens que se tem com jovens e adolescentes sobre questões de métodos contraceptivos e prevenções, e sobre a sexualidade em geral, e percebe-se como as equipes de saúde, em sua grande maioria, estão despreparadas para lidar com esses assuntos sem julgar ou assustar àqueles que estão tentando ensinar, isso fora das salas de aula, em Unidades Básicas de Saúde.

Vê-se que há um despreparo muito grande para lidar com os jovens e adolescentes, e isso acaba gerando muitos problemas a eles, pois não podem viver plenamente e com responsabilidade sua vida sexual. Por isso, a informação é de grande valia, e deve ser

dialogada e problematizada de maneira humanizada para que não gere mais traumas e sofrimentos psíquicos.

No que se refere ao conceito de educação sexual presentes nos artigos, podemos analisar que no primeiro artigo de Dias e Sposito (2021) Educação Sexual é compreendida de forma ampla, que acontece nos diferentes espaços sociais e que remete a uma pedagogia da sexualidade, que disciplina os corpos, nega-os ou afirma-os em suas identidades sexuais que são consideradas como históricas, plurais e instáveis. As autoras afirmam que a família é um dos espaços sociais em que primeiro se faz educação sexual e que a educação sexual escolar deve contribuir com esse processo educativo dos corpos infantis e juvenis de maneira prazerosa e pluralista. ‘Sua função é complementar, informar, problematizar e politizar a diversidade de olhares, e não substituir ou menosprezar a função da família (...)’ (DIAS; SPOSITO, 2021, p. 4).

Já o artigo de Garbarino (2021), a concepção de educação sexual perpassa o âmbito escolar e é entendida como “uma co-construção entre crianças e adultos responsáveis, que acompanhem as hipóteses dos pequenos e os auxiliem nesse processo, quando menos oferecendo um lugar aberto de escuta e circulação de ideias (GARBARINO, 2021, p. 14). Apesar do artigo não tratar explicitamente do conceito de educação sexual, pode-se perceber como é entendida no decorrer do texto.

No texto de Magrin et al. (2022):

O conceito de educação sexual que está sendo adotado neste artigo foi definido por Figueiró (1996) como: “Toda ação ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas ou de reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual” (MAGRIN et al., 2022, p. 2)

As autoras definem educação sexual como ações de aprendizagem voltadas à sexualidade humana e à vida sexual. De forma mais específica trazem a educação sexual como uma ação pedagógica tanto nas escolas quanto em outros espaços da vida social.

Por fim, o texto de Guimarães e Cabral (2022) concebe a educação sexual como ações que perpassam as aprendizagens humanas sobre sexualidade, processos de subjetivação, de construção de identidades. Apesar do texto tratar essencialmente da crítica aos processos de educação sexual realizados pela área da saúde, focados no conservadorismo e recheados de preconceitos, heteronormatividades, padrões sexuais estabelecidos, essa percepção de educação sexual encontra-se implícita. Tratam de uma educação sexual que ressignifique as moralidades, as expectativas comportamentais para

os e as adolescentes e as práticas de controle e cerceamento às variadas expressões de sexualidade. Educação sexual, passa, assim, pela capacidade de diálogo que os profissionais devem ter com os jovens e a partir de elementos culturais que façam sentido à vida deles. A Educação sexual, para as autoras:

abrange a reflexão acurada sobre direitos sexuais, sobre as responsabilidades atinentes, bem como sobre os processos de diferenciação e de estigmatização assentes em hierarquias sociais, raciais, sexuais, geracionais, regionais, etc. Em outras palavras, ações e iniciativas de educação para a sexualidade precisam promover espaços seguros e redes de apoio que ascendam à não conformidade e à abertura de gênero (GUIMARÃES; CABRAL, 2022, p. 15).

Dessa forma, o conceito de educação sexual é amplo e remete às várias questões plurais que o envolvem.

O que aparece de comum em todas as definições de educação sexual presente nos textos é a ideia ampla e plural do conceito, o trabalho pedagógico com a aprendizagem e a amplitude da ação educativa que perpassa desde a sala de aula, a convivência na escola e as experiências sociais no âmbito de diferentes espaços sociais de vivência das crianças e jovens.

Há um desafio importante no contexto atual do enfrentamento às ofensivas neoconservadoras do movimento “Escola Sem Partido” sobre o trabalho de educação sexual nas escolas de educação básica. O conservadorismo e o senso comum misturados ao autoritarismo e à visão naturalizada da sexualidade utilizados nas narrativas da extrema direita têm contaminado mentes que se refletem em atitudes coletivas de imposição do impedimento do trabalho com educação sexual nas escolas de educação básica no Brasil. Essa questão conjuntural influencia demais o silenciamento visto nas escolas sobre educação sexual, por mais que os conhecimentos na área estejam sendo produzidos e publicados. É realmente uma luta da ciência contra o senso comum, influenciado pela onda neoconservadora presente no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos com essa pesquisa que a educação sexual ainda precisa ser alcançada em termos de construção do conhecimento, de políticas educacionais e de práticas pedagógicas.

As análises dos dados nos mostram que a maior parte dos artigos pesquisados na base de dados SciELO em sexualidade são da área de saúde. Concluímos que a temática

da sexualidade é bem mais aceita na área da saúde do que na educação. A narrativa autorizada na sociedade para falar de sexualidade ainda não é a educação e sim a saúde o que é bastante problemático pois a área da educação ainda enfrenta preconceitos e tabus para se trabalhar essa temática.

Na área da educação formal, a educação sexual ainda é alvo de preconceitos e silenciamentos. Ainda analisando os artigos verificamos que não existem uma quantidade de trabalhos significativa na base de dados do SciELO que expressam conhecimentos sobre educação sexual e práticas pedagógicas escolares sobre gênero e sexualidade nas escolas de educação formal brasileira.

Se a produção de conhecimentos sobre educação sexual ainda é insuficiente, isso reflete-se nas instituições de ensino em suas práticas escolares. Nas escolas de forma geral, a educação sexual ou é silenciada, ou é tratada a partir do ponto de vista da saúde.

Na grande maioria dos artigos que estudamos neste trabalho, os profissionais que faziam trabalhos de educação sexual nas escolas não eram professores, mas sim da área da saúde, como enfermeiros ou médicos. Também encontramos estudantes de universidades, fazendo atividades e propostas de educação sexual e não os regentes da escola. Isso significa dizer que a educação sexual não faz parte das estruturas curriculares e pedagógicas da educação básica e sim aparece como trabalhos pontuais.

Os jovens e adolescentes, em sua grande maioria, acabam procurando informações sobre sexualidade fora de suas casas, em lugares que podem não estar corretos, com informações conflituosas. Sendo assim, há grandes oportunidades disso passar a ser trabalhado em sala de aula sem os prejudicar.

O conceito de educação sexual, teoricamente, aparece nos artigos de forma ampla e plural, porém ele não é entendido e intrinsecamente assumido pelas estruturas educacionais, pelas escolas, pelos professores de forma geral. Há ainda um grande desafio para a educação sexual no Brasil. Esse desafio perpassa desde a produção de conhecimentos em sexualidade e educação sexual até as normas, leis e políticas educacionais até as práticas escolares em si que precisam se redefinir e reencontrar esse lugar da educação sexual brasileira.

Percebemos que essa pesquisa apresenta limitações de só ter utilizado a base de dados do SciELO, apesar de ser um recorte importante os resultados podem ser ampliados em continuidades desse trabalho.

Outras bases de dados que podem ser consultadas são o Portal de Periódicos da CAPES e o Google Acadêmico que são de acesso gratuito, e também temos outras que são pagas como a SCOPUS e a ERIC.

Para próximas pesquisas podemos deixar como horizonte a seguinte questão:
Como são trabalhadas a educação sexual e sexualidade nos textos de outras plataformas além da SciELO?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marta Araújo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Entre o desejo e o medo: as representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 40, p. 469-476, 2006.

ARAÚJO, Carlos AA. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BECK, D. Q.; GUIZZO, B. S. Estudos Culturais e Estudos de Gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **Revista Hollos**, ano 29, v. 4. Natal: IFRM, 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". IN: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo educado: pedagogias da Sexualidade**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lílian Caroline. Exploração Sexual de crianças e adolescentes: Reflexão sobre o papel da Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. e221612, 2021.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v. 39, p. e39794, 2023.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; DA SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo, nVersos, 2015.

FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; TEIXEIRA, Karina Correa. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos (as) de enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 14, p. 330-337, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo, Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

FURLANI, Jimena. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 293-323, 2009.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na Escola. In: SEED/PR. **Sexualidade**. Curitiba, 2009.

GONÇALVES, Josiane Peres; PENHA, Natália Ribeiro da. Professor homem na Educação Infantil: o olhar de acadêmicos e alunos egressos do Curso de Pedagogia. **Revista Zero a Seis**, v. 17, n. 32, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. **Revista Trabalho Necessário**, ano 16, n. 29, 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2022.

INEP/MEC. **Censo Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, vol. 18, n. 43, pp. 449-502 set./dez., 2018.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 57, 2004.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira Da; BRABO, TÂNIA SUELY ANTONELLI; MORAIS, Alessandra De. Gênero na formação em Pedagogia: concepções de futuras(os) docentes a partir de cinco conceitos. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

SOARES, Rosângela. Adolescência: monstrosidade cultural? **Educação e Realidade**, 25(2): 151-159, jul./dez., 2000.

SOUSA NETO, Ariel et al. Programa de educação pelo trabalho para a saúde nas escolas: oficina sobre sexualidade. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, p. 86-91, 2012.

SOUZA, Elaine de Jesus; MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; SANTOS, Claudiene. Educação Sexual no Currículo de Biologia: entre resistências e enfrentamento à “ideologia de gênero”. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 770-788, maio/ago. 2019.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Revista Eistein**, 8 (1 pt 1): 102-6, 2010.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral Mulheres. [TSE Mulheres - Justiça Eleitoral \(justicaeleitoral.jus.br\)](http://justicaeleitoral.jus.br) Acesso em 14 de novembro de 2023.

Apêndice

Tabela 2 - Artigos da área da educação com a palavra-chave Educação Sexual

ÁREA DO CONHECIMENTO	ARTIGO/REFERÊNCIA	PERIÓDICO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
EDUCAÇÃO	RIBEIRO, MONEDA OLIVEIRA. SENTIMENTOS E REAÇÕES DO ALUNO DE ENFERMAGEM ANTE ALGUMAS SITUAÇÕES RELACIONADAS À SEXUALIDADE INFANTIL. REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP , V. 23, P. 3-19, 1989.	REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP	1989	ESTUDANTES DE ENFERMAGEM; SEXUALIDADE INFANTIL.
EDUCAÇÃO	BRÊTAS, JOSÉ ROBERTO DA SILVA; SILVA, CONCEIÇÃO VIEIRA DA. ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA. ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM , V. 18, P. 326-333, 2005.	ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM	2005	ADOLESCENTE; EDUCAÇÃO SEXUAL; SAÚDE DO ADOLESCENTE; SEXUALIDADE.
EDUCAÇÃO	DINIS, NILSON; ASINELLI-LUZ, ARACI. EDUCAÇÃO SEXUAL	EDUCAR EM REVISTA	2007	SEXUALIDADE; GÊNERO; EDUCAÇÃO

	NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL. EDUCAR EM REVISTA , P. 77-87, 2007.			SEXUAL; FORMAÇÃO DOCENTE.
EDUCAÇÃO	FURLANI, JIMENA. SEXOS, SEXUALIDADES E GÊNEROS: MONSTRUOSIDADES NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO SEXUAL. EDUCAÇÃO EM REVISTA , P. 269-285, 2007.	EDUCAÇÃO EM REVISTA	2007	EDUCAÇÃO SEXUAL; EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE; CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/RES.
EDUCAÇÃO	ALTMANN, HELENA. EDUCAÇÃO SEXUAL E PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL: ENTRE EXPECTATIVAS E PRESCRIÇÕES. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS , V. 15, P. 333-356, 2007.	ESTUDOS FEMINISTAS	2007	SEXUALIDADE; GÊNERO; ESCOLA; EDUCAÇÃO SEXUAL.
EDUCAÇÃO	PINHEIRO, ALDRIN DE SOUSA; SILVA, LUCIA REJANE GOMES DA; TOURINHO, MARIA BERENICE ALHO DA COSTA. A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERSETORIALIDADE. TRABALHO EDUCAÇÃO E SAUDE , RIO DE JANEIRO, V.15 Nº 3 P.803-822, SET/DEZ 2007.	TRABALHO EDUCAÇÃO E SAUDE	2007	SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR; POLÍTICAS PÚBLICAS; INTERSETORIALIDADE.
EDUCAÇÃO	NOGUEIRA, CONCEIÇÃO; SAAVEDRA, LUISA; COSTA, CECÍLIA. (IN) VISIBILIDADE DO GÊNERO NA SEXUALIDADE JUVENIL: PROPOSTAS PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEXUAIS DE RISCO. PRO-POSIÇÕES , V. 19, N. 2, P. 59-79, 2008.	PRO-POSIÇÕES	2008	GÊNERO; SEXUALIDADE JUVENIL; COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO; HIV; EDUCAÇÃO SEXUAL; PROGRAMAS DE PREVENÇÃO.

EDUCAÇÃO	ALMEIDA, ANA CARLA CAMPOS HIDALGO DE; CENTA, MARIA DE LOURDES. A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO SEXUAL DOS FILHOS: IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM. ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM , V. 22, P. 71-76, 2009.	ACTA PAUL ENFERM	2009	EDUCAÇÃO SEXUAL; RELAÇÕES PAI-FILHO; ADOLESCENCIA; SEXUALIDADE; RELAÇÕES FAMILIARES.
EDUCAÇÃO	ALTMANN, HELENA. EDUCAÇÃO SEXUAL EM UMA ESCOLA: DA REPRODUÇÃO À PREVENÇÃO. CADERNOS DE PESQUISA , V. 39, P. 175-200, 2009.	CADERNOS DE PESQUISA	2009	EDUCAÇÃO SEXUAL; SEXUALIDADE; GRAVIDEZ; ESCOLAS.
EDUCAÇÃO	ALTMANN, HELENA; MARTINS, CARLOS JOSÉ. EDUCAÇÃO SEXUAL: ÉTICA, LIBERDADE E AUTONOMIA. EDUCAR EM REVISTA , P. 63-80, 2009.	EDUCAR EM REVISTA	2009	EDUCAÇÃO SEXUAL; ÉTICA; ESCOLA; SEXUALIDADE; GÊNERO.
EDUCAÇÃO	ALMEIDA, ANA CARLA CAMPOS HIDALGO DE; CENTA, MARIA DE LOURDES. A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO SEXUAL DOS FILHOS: IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM. ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM , V. 22, P. 71-76, 2009..	ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM	2009	EDUCAÇÃO SEXUAL; RELAÇÕES PAIS-FILHOS; ADOLÊSCÊNCIA; SEXUALIDADE; RELAÇÕES FAMILIARES.
EDUCAÇÃO	FREITAS, KELLY RIBEIRO DE; DIAS, SILVANA MARIA ZARTH. PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE SUA SEXUALIDADE. TEXTO & CONTEXTO-ENFERMAGEM , V. 19, P. 351-357, 2010.	TEXTO & CONTEXTO-ENFERMAGEM	2010	EDUCAÇÃO SEXUAL; EDUCAÇÃO EM SAÚDE; SEXUALIDADE; SAÚDE DO ADOLESCENTE; ENFERMAGEM.
EDUCAÇÃO	FONSECA, ADRIANA DORA DA; GOMES, VERA LÚCIA DE OLIVEIRA; TEIXEIRA, KARINA CORREA. PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE UMA AÇÃO EDUCATIVA EM ORIENTAÇÃO SEXUAL REALIZADA POR ACADÊMICOS (AS) DE	ESCOLA ANNA NERY	2010	ADOLESCENTE; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL.

	ENFERMAGEM. ESCOLA ANNA NERY , V. 14, P. 330-337, 2010.			
EDUCAÇÃO	MOIZÉS, JULIETA SEIXAS; BUENO, SONIA MARIA VILLELA. COMPREENSÃO SOBRE SEXUALIDADE E SEXO NAS ESCOLAS SEGUNDO PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL. REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP , V. 44, P. 205-212, 2010.	REV. ESC. ENFERM USP	2010	SEXUALIDADE; ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO; EDUCAÇÃO SEXUAL; PESSOAL DE SAÚDE.
EDUCAÇÃO	ALMEIDA, SANDRA APARECIDA DE; NOGUEIRA, JORDANA DE ALMEIDA; SILVA, ANTONIA OLIVEIRA; TORRES, GILSON VASCONCELOS; ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: FATO OU ANSEIO?. REVISTA GAÚCHA DE ENFERMAGEM , V. 32, P. 107-113, 2011.	REVISTA GAÚCHA DE ENFERMAGEM	2011	COMPORTAMENTO SEXUAL; EDUCAÇÃO SEXUAL; SEXUALIDADE.
EDUCAÇÃO	YANO, KAREN MURAKAMI; RIBEIRO, MONEDA OLIVEIRA. O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO. REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP , V. 45, P. 1315-1322, 2011.	REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP	2011	CRIANÇA; DESENVOLVIMENTO INFANTIL; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL.
EDUCAÇÃO	BAUMFELD, TIAGO SOARES; SÁ, RAPHAEL BOTELHO; SANTOS, DANIELA FERNANDA DE ALMEIDA; MONTEIRO, OTÁVIO MONTOVANELLI; FERREIRA, MARIANA BENZAQUEN; SILVA, EDITH MÁRCIA VALADARES; RAYMUNDO, MÁRIO AUGUSTO; QUEIROZ, ANDERSON MELO; BONOLO, PALMIRA DE FÁTIMA. AUTONOMIA	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA	2012	SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO EM SAÚDE; EDUCAÇÃO SEXUAL; EDUCAÇÃO MÉDICA; ADOLESCENTE.

	DO CUIDADO: INTERLOCUÇÃO AFETIVO-SEXUAL COM ADOLESCENTES NO PET-SAÚDE. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA , V. 36, P. 71-80, 2012.			
EDUCAÇÃO	QUIRINO, GLAUBERTO DA SILVA; ROCHA, JOÃO BATISTA TEIXEIRA DA. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERCEPÇÃO DOCENTE. EDUCAR EM REVISTA , P. 205-224, 2012.	EDUCAR EM REVISTA	2012	SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL; GÊNERO; ESCOLA.
EDUCAÇÃO	RUFINO, ANDRÉA CRONEMBERGER; MADEIRO, ALBERTO PEREIRA; GIRÃO, MANOEL JOÃO BATISTA CASTELLO. O ENSINO DA SEXUALIDADE NOS CURSOS MÉDICOS: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO PIAUÍ. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA , V. 37, P. 178-185, 2013.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA	2013	EDUCAÇÃO MÉDICA; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL; CURRÍCULO; ESTUDANTES DE MEDICINA.
EDUCAÇÃO	QUIRINO, GLAUBERTO DA SILVA; ROCHA, JOÃO BATISTA TEIXEIRA DA. PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO SEXUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE JUAZEIRO DO NORTE, CE, BRASIL. CIÊNCIA & EDUCAÇÃO (BAURU) , V. 19, P. 677-694, 2013.	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	2013	EDUCAÇÃO SEXUAL; SEXUALIDADE; ENSINO MÉDIO; ENSINO FUNDAMENTAL; ESCOLA PÚBLICA.
EDUCAÇÃO	PINHEIRO, ALDRIN DE SOUSA; SILVA, LUCIA REJANE GOMES DA; TOURINHO, MARIA BERENICE ALHO DA COSTA. A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERSETORIALIDADE. TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE , V. 15, P. 803-822, 2017.	TRAB. EDUC. SAÚDE	2017	SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR; POLÍTICAS PÚBLICAS; INTERSETORIALIDADE.

EDUCAÇÃO	RUFINO, ANDRÉA CRONEMBERGER; MADEIRO, ALBERTO PEREIRA. 6 PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SAÚDE: INTEGRANDO SEXUALIDADE E GÊNERO NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA , V. 41, P. 170-178, 2017.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA	2017	EDUCAÇÃO EM SAÚDE; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL; EDUCAÇÃO MÉDICA; ESTUDANTES DE MEDICINA.
EDUCAÇÃO	HERNECK, HELOISA RAIMUNDA; FERRAÇO, CARLOS EDUARDO; TEIXEIRA, MARIA FILOMENA RODRIGUES. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: O CENTRO DE ACONSELHAMENTO E ORIENTAÇÃO DE JOVENS (CAOJ) DE COIMBRA-PT ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO. CIÊNCIA & EDUCAÇÃO , V. 23, P. 111-124, 2017.	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	2017	SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL; FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES; PORTUGAL; AIDS.
EDUCAÇÃO	RUFINO, ANDRÉA CRONEMBERGER; MADEIRO, ALBERTO PEREIRA. PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SAÚDE: INTEGRANDO SEXUALIDADE E GÊNERO NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA .VOL. 41(1): 9.170-178; 2017.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA	2017	EDUCAÇÃO EM SAÚDE; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL; EDUCAÇÃO MÉDICA; ESTUDANTES DE MEDICINA.
EDUCAÇÃO	CASTRO, JOÃO FRANCISCO DE; ALMEIDA, CARLOS MANUEL TORRES; RODRIGUES, VITOR MANUEL COSTA PEREIRA. A (DES) EDUCAÇÃO CONTRACEPTIVA DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS. ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM , V. 33, 2020.	ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM	2020	EDUCAÇÃO SEXUAL; EDUCAÇÃO SUPERIOR; SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA; PORTUGAL.

EDUCAÇÃO	DIAS, DANIELLY FERREIRA; SPOSITO, NEUSA ELISA CARIGNATO. EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA A EJA DE UMA ESCOLA DE ASSENTAMENTO. EDUCAÇÃO EM REVISTA , V. 37, 2021.	EDUCAÇÃO EM REVISTA	2021	EDUCAÇÃO SEXUAL; SEXUALIDADE; EJA; ENSINO FUNDAMENTAL II; ESCOLA DE ASSENTAMENTO.
EDUCAÇÃO	GARBARINO, MARIANA INÉS. O TABU DA EDUCAÇÃO SEXUAL: GÊNESE E PERPETUAÇÃO DOS PRECONCEITOS NA INFÂNCIA. CADERNOS PAGU , 2021.	CADERNOS PAGU	2021	EDUCAÇÃO SEXUAL; IDENTIDADE DE GÊNERO; PSICOGÊNESE; DESENVOLVIMENTO INFANTIL; PRECONCEITOS.
EDUCAÇÃO	CATAÑO, MARÍA PAULINA LÓPEZ. PRAZER E CORPO FEMININO: DISCURSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL INSTITUCIONALIZADA EM MEDELLÍN. SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO), 2021.	SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD	2021	PRAZER; CORPO; DISCURSOS; EDUCAÇÃO SEXUAL.
EDUCAÇÃO	MAGRIN, NICOLLY PAPACIDERO; MORAES, AMANDA SILVA DE; PANIAGO, CECÍLIA DE MORAES; SANTOS, INGRID FERNANDES DOS; LACERDA, RENATA MUSA; CUNHA, RACHEL NUNES DA. O IMPACTO DE OFICINAS SOBRE SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES. PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL , V. 26, 2022.	PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL	2022	ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO; SAÚDE SEXUAL; EDUCAÇÃO SEXUAL.
EDUCAÇÃO	BOLAÑOS, JOSÉ DANIEL JIMÉNEZ. O PLANO DE TREINAMENTO DOCENTE EM EDUCAÇÃO SEXUAL, COSTA RICA, 1968-1986. SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO), 2022.	SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD	2022	SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL; COSTA RICA; HISTÓRIA; ENSINO.

EDUCAÇÃO	GUIMARÃES, JAMILE; CABRAL, CRISTIANE DA SILVA. PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE: DISCURSOS, PRÁTICAS E (DES) ENCONTROS NA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES. PRO- POSIÇÕES , V. 33, 2022.	PRO-POSIÇÕES	2022	ADOLESCÊNCIA; GÊNERO; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO SEXUAL.
----------	---	--------------	------	--

Fonte: Elaboração da própria autora (2023).